



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 212/XII/ 3.ª SL

Aos 30 dias do mês de julho de 2014, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 211/XII, relativa à reunião de 23 de julho de 2014
2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PSD e CDS-PP para audição do Presidente do Conselho de Administração da TAP
3. Fixação da redação final relativa à Proposta de Lei n.º 238/XII/3.ª (GOV) – Autoriza o Governo a legislar sobre o regime jurídico da exploração e prática do jogo «on-line»
4. Outros assuntos

---

#### **1. Apreciação e votação da ata n.º 211/XII, relativa à reunião de 23 de julho de 2014**

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente submeteu à votação a ata n.º 211/XII/3.ª, relativa à reunião de 23 de julho de 2014, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, do BE e do PEV.

#### **2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PSD e CDS-PP para audição do Presidente do Conselho de Administração da TAP**

O Senhor Presidente informou que deu entrada na Comissão um requerimento do PCP com a mesma finalidade do que consta neste ponto da ordem do dia e que, havendo consenso, podia ser discutido em conjunto com este.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 212/XII/ 3.ª SL

Usou da palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) para esclarecer que a finalidade do requerimento é a mesma da do requerimento do PSD e CDS-PP, mas com o intuito de realizar a audição o mais rapidamente possível, o que significa setembro, tendo em conta que a Assembleia da República vai parar os seus trabalhos durante o mês de agosto. O requerimento do PSD e do CDS-PP pretende que a audição se realize depois de terminada a operação de verão, o que, no entender o PCP, é tarde demais.

O Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD) reiterou os argumentos expendidos na última reunião a propósito desta questão, lembrando que uma audição realizada neste momento não permitiria fazer um balanço e uma avaliação serenos e ponderados, e que não se pretendia alimentar eventuais polémicas ou criar factos políticos. Afirmou também que, caso se entenda que existem condições para fazer a audição a meados de setembro, acreditava que se faria nessa altura e nada obrigava a esperar pelo último dia da operação de verão.

Pelo Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) foi afirmado que votaria a favor de qualquer dos requerimentos e que o PS deveria que a audição já deveria ter-se realizado. Após referir a atuação do Governo, do Conselho de Administração da TAP e da maioria parlamentar a propósito desta situação, referiu ser entendimento do PS que havia uma certa desvalorização e desprestígio da Assembleia da República e da Comissão, porque todos opinavam sobre o assunto, mas no local próprio, que era a Assembleia da República, era o único sítio onde não se debatia o tema. Concluiu afirmando que era melhor prevenir algumas coisas e debater outras, nomeadamente se a TAP ia pedir indemnização pelo atraso na entrega dos aviões, ou se não podia fazê-lo devido aos termos do contrato que tinha sido assinado, e as afirmações do Presidente do Conselho de Administração da TAP sobre a existência de uma pretensa greve de zelo na companhia.

Interveio também o Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP) para reiterar que, em sua opinião, a audição do Presidente do Conselho de Administração da TAP neste momento não viria resolver as questões elencadas pelo orador antecedente.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 212/XII/ 3.ª SL

Tornaram a intervir os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP) para concluir que estava claro que o PSD não fazia questão que a audição do Presidente do Conselho de Administração da TAP se realizasse apenas após o fim da operação de verão, pelo que se o requerimento fosse adaptado a essa posição do PSD podiam os dois requerimentos ser votados em conjunto; e Luís Leite Ramos (PSD) para reiterar o argumento de que a análise da situação tem de ser feita com alguma informação relevante, pelo que alterava a redação da parte final do requerimento, substituindo a expressão “já depois de terminada a operação de verão” por “com dados da operação de verão”.

Submetidos os dois requerimentos a votação, foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

#### **3. Fixação da redação final relativa à Proposta de Lei n.º 238/XII/3.ª (GOV) – Autoriza o Governo a legislar sobre o regime jurídico da exploração e prática do jogo «on-line»**

A redação final relativa a esta iniciativa legislativa foi fixada, sem votos contra, tendo sido aceites as sugestões apresentadas pelo serviço competente, com exceção de uma assinalada na informação, e as demais registadas no texto.

#### **4. Outros assuntos**

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) fez referência ao convite que a Comissão tinha recebido para apresentação do Estudo Macroeconómico de impacto para Portugal – Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento UE-EUA”, afirmando que seria útil solicitar o envio desse estudo à Comissão, independentemente da disponibilidade dos Deputados para estarem presentes nessa apresentação, o que recebeu a anuência dos presentes.

Também o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) usou da palavra, para questionar sobre a marcação da audição do Presidente da Comissão para a Reforma da Fiscalidade Verde, tendo o Senhor Presidente respondido que se previa para 24 de



## **COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS**

### **ATA NÚMERO 212/XII/ 3.ª SL**

setembro. Questionou o Senhor Deputado se, prevendo-se a apresentação da proposta final desta Comissão para 15 de setembro, a audição não deveria ocorrer antes. Respondeu o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) que, sendo uma das funções da Assembleia da República a de fiscalização, a audição deveria ocorrer depois, no que foi secundado pelos restantes Deputados.

Finalmente, o Senhor Presidente informou que, em princípio, a próxima reunião da Comissão ficaria agendada para dia 10 de setembro.

A reunião foi encerrada às 11:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 31 de julho de 2014.

**O PRESIDENTE**

**(PEDRO PINTO)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 212/XII/ 3.ª SL

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira  
Ana Paula Vitorino  
Bruno Dias  
Carina Oliveira  
Eduardo Teixeira  
Fernando Jesus  
João Paulo Viegas  
Luís Leite Ramos  
Luís Vales  
Nuno Encarnação  
Nuno Filipe Matias  
Nuno Serra  
Odete Silva  
Pedro Pinto  
Rui Paulo Figueiredo  
Valter Ribeiro  
Bruno Coimbra  
Carla Rodrigues  
Carlos São Martinho  
Cristóvão Crespo  
Eurídice Pereira  
Laurentino Dias  
Mendes Bota  
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Serrasqueiro  
Helder Amaral  
Heloísa Apolónia  
Hortense Martins  
Mariana Mortágua  
Paulo Ribeiro de Campos  
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: